



RESENHA

Livro: LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: estado, homem, natureza*. 3 ed. Belém: Cultural Brasil, 2014. 383p.

Valber Oliveira de Brito Oliveira Brito - Doutorando em Sociologia e Antropologia, com área de concentração em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia PPGSA/UFPA. E-mail: valberbrito@ufpa.br

Thabata de Farias Silva Farias Silva - Doutoranda em Sociologia e Antropologia, com área de concentração em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia PPGSA/UFPA. E-mail: thabata-farias@hotmail.com

O livro *Amazônia: estado, homem, natureza* trata sobre desvendar processos políticos e sociais que foram desenvolvidos na Região Amazônica nas últimas décadas, tendo como foco principal as relações entre o Estado, as populações da região e a natureza. O livro destaca a importância de se analisar o Pará, principalmente por se tratar de um estado com grandes impactos dentro do processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia. O livro trata de um longo período, que vai de 1950 a 2010, em que são expostas as formas de vida da população, suas esperanças e extrema pobreza diante das mudanças provocadas pela modernização. A autora mostra a Amazônia, não somente como pesquisadora e cientista social observando os fatos, mas como amazônida.

No primeiro capítulo, com o título *As bases da estrutura produtiva anterior à ocupação recente*, ela explica o início da exploração na Amazônia, partindo da extração do látex. Fala sobre o processo de ocupação da região e seus atores. Até o final da década de 1950, a Amazônia ainda usufruía de terras “livres”, e não existiam disputas. Isso em decorrência das terras devolutas, que mesmo pertencentes aos estados à União, ainda não possuíam titulação.

Nessa fase a relação homem e natureza era de subsistência, a maior parte da população era formada por grupos indígenas e o próprio caboclo. A

base econômica era o extrativismo vegetal desenvolvido de maneira rústica, com instrumentos de trabalho ainda feitos de maneira manual e com materiais extraídos da natureza. As relações entre homem e natureza eram enraizadas na sobrevivência e subordinação do homem em relação às leis naturais, sendo consideradas não sistematizadas para um lucro excedente e capitalista.

A partir dos anos 1950 inicia uma intensificação do processo migratório da população do Nordeste para a região, não que já não houvesse, mas a partir desse período com um maior incentivo. O migrante precisa driblar algumas dificuldades para se adaptar à região, devido às diferenças ambientais e culturais. A chegada dos migrantes nordestinos significa investimento de força de trabalho para região. A Amazônia nessa época era formada, em sua maioria, por uma população rural, as cidades de Belém e Manaus serviam de entrepostos.

A floresta era densa e existiam poucos caminhos para chegar até as seringueiras. A autora destaca os perigos enfrentados pelos trabalhadores, desde os animais, doenças e enfrentamento com indígenas, onde decorriam mortes. Além disso, o seringueiro era explorado pelo sistema de aviamento, que implicava em uma rede de fornecimento de crédito para produtos, indispensáveis para sobreviver na mata, nos barracões. Sendo um sistema de endividamento que impossibilitava o seringueiro obter lucro, tornando-o totalmente prisioneiro do sistema.

Loureiro enfatiza que esse sistema ainda pertence à realidade da Região Amazônica, seja na extração da borracha, da castanha ou outros produtos, pois não se criou um novo sistema de exploração para Amazônia mais democrático. A minoria da população amazônida, a rica, é fruto desse processo histórico apoiado pelo Estado, pois os representantes políticos dessa sociedade pertencem a essa minoria rica e faz uso dos seus instrumentos para beneficiar a sua classe, baseada em trocas de favores.

A Amazônia passa então a ser enxergada não mais como a natureza intocável, mas como uma oportunidade de obtenção de lucro e exploração. Passa-se a enxergar os seus povos como escravos, que devem ser subordinados aos “donos da Amazônia”. O governo do Pará transfere a titulação das terras que eram, até então consideradas arrendadas, para as mãos da elite regional com a apropriação privada da terra e a cobertura vegetal. O próprio estado que deveria ser o mais importante defensor dos povos da floresta torna-se o principal responsável pelo conflito agrário de forma legitimada.

No segundo capítulo, com o título *O avanço do capital da Amazônia e o fracasso do projeto desenvolvimentista regional*, a autora destaca o processo pelo qual o capital avança na Amazônia e o fracasso do projeto desenvolvimentista que

foi implantado na região, à custa da exploração da população subordinada e de devastação dos recursos naturais. De acordo com a autora, a partir da segunda metade dos anos 1960 a intensificação da inclusão da economia nacional no mercado mundial. A expansão da indústria e a modernização tecnológica da agricultura passam a ser uma realidade no Brasil, porém, longe de ser um processo de democratização da estrutura fundiária do país. O desenvolvimento que era esperado, e que supostamente seria proporcionado com a inclusão da região Amazônica ao contexto internacional, ocorreria com a introdução de capital estrangeiro no país, por meio da execução de projetos produtivos. Segundo Loureiro, entre as várias expectativas do governo brasileiro, ao abrir as portas da economia ao capital estrangeiro, estão a expansão e a consolidação do parque industrial brasileiro e a ampliação do mercado interno, porém, para isso, a região deveria ser incluída na economia nacional. A autora mostra também neste capítulo que vários argumentos foram produzidos historicamente, como forma de legitimar a integração da Amazônia à economia e à sociedade nacional. Fatores econômicos e geopolíticos nortearam as decisões e relações desse processo de integração da Amazônia ao contexto nacional. Ocorreu nesse processo a aliança e o apoio ao capital, a defesa das fronteiras e conseqüente ocupação do suposto “vazio demográfico”, por meio de deslocamento de migrantes oriundos de outras regiões do país para as fronteiras dentro da Amazônia. A política de incentivos fiscais foi outro instrumento utilizado nessa política econômica.

A nova política emergente deixava evidente a preferência do Estado por um modelo de desenvolvimento baseado na facilitação e concessão de privilégios, por meio de uma rápida acumulação por parte das classes empresariais e com a transferência de recursos públicos para esses grandes empresários, recursos esses que poderiam beneficiar a população local. Tudo isso foi impulsionado pela força que a ditadura concedeu ao poder central, favorecendo o grande capital nacional e internacional, por meio de uma política autoritária e concentradora de renda e de terras que excluía e não levavam em consideração os interesses e a cultura das classes mais pobres da Amazônia. Sendo assim, a autora destaca que desde o governo de Juscelino Kubitschek a economia brasileira se transformava em uma economia de capitais multinacionais ou transnacionais, que se intensificou durante a ditadura militar. Portanto, o Estado Nacional estava aliado ao grande capital, desconsiderando os interesses das classes subordinadas. É importante destacar a riqueza de detalhes com os quais a autora trabalha a questão dos mecanismos jurídicos, políticos e administrativos que foram utilizados para o controle da terra pelo Estado, e como o próprio Estado transferiu essas terras para os grupos econômicos. As transformações ocorridas nesse período se deram

devido à aliança entre Estado e grande capital, que convergiram os seus esforços para criar mecanismos legais protecionistas, com o objetivo de modificar as funções das instituições públicas, não abrindo mão também da opressão e da violência contra a população local. Esse processo torna-se característico do tipo de desenvolvimento que foi imposto para a região pelo regime militar da época. A década de 1970 torna-se, portanto, singular, pois a terra transforma-se em mercadoria bastante valorizada, principalmente com a inauguração da rodovia Belém-Brasília. O fracasso do projeto desenvolvimentista se deu devido à maior parte dos lucros ficar com outras regiões e outros povos.

O capítulo três *A terra no passado ou, de como a cobra grande se transformou em navio iluminado e desapareceu na noite escura dos anos 70/80* esclarece como o Estado buscava identificar como interesse nacional o que na verdade era o interesse de grupos econômicos privados. Para isso, o Estado cria uma série de dispositivos com o objetivo de regularizar e privatizar as terras da Amazônia que eram adquiridas de maneira ilegal pelos empresários, como, por exemplo, a criação da Secretaria de Estado de Agricultura (SAGRI) e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA). O que é importante destacar nesse processo é o discurso que fundamenta esses instrumentos de aquisição ilegal da terra, onde o desenvolvimento da Amazônia seria um “interesse nacional” ou “regional”, mas que na verdade não privilegia quem realmente deveria se beneficiar desse processo, que é a população local. Esse processo de transferência de terras dos habitantes locais para os novos grupos econômicos provoca aos poucos, porém de maneira persistente, a perda da identidade e das referências que sustentavam a vida da população amazônica anteriormente, ou seja, há o rompimento das formas originais de organização e, ao mesmo tempo, perda cultural. Soma-se a isso, outra consequência dessa atividade ilegal, que é o acirramento dos conflitos entre os grupos sociais antagônicos. Esse processo de exploração, voltado para o privilégio do capital e destruição dos recursos naturais, em detrimento dos pequenos produtores e população natural, para o desenvolvimento da região, escondia um fato importante: a falta de compreensão crítica ocultava o processo de exploração que a sociedade amazônica sofria pelo grande capital. O projeto de desenvolvimento da sociedade amazônica na verdade tem por objetivo a reprodução do capital que é defendido pelo capital nacional e internacional e colocado em execução por intermédio do Estado.

No capítulo quatro, intitulado *Conflitos de terra*, é apresentada a questão que ocorre devido à grilagem, à venda ilegal de terra e à venda da terra com gente dentro dela; os conflitos decorrentes do processo de colonização dirigida para a Amazônia; os que envolvem a população indígena, as comunidades negras

e os colonos. Soma-se a esses conflitos os que são originados pela falência da reforma agrária; das ações judiciais com despejo de posseiros; da reação do trabalho escravo e pela manutenção ou conquista de território. Segundo a autora, o conflito de terra é um tipo de reação política violenta, decorrente de interesses antagônicos entre as classes e os grupos que são colocados à margem da sociedade, os representantes do capital e o Estado, cuja mola propulsora é a marginalização dos grupos excluídos que, revoltados com o desenvolvimento que é imposto e com sua condição de vida na região, buscam sobreviver. Isso exige uma organização por parte das pessoas lesadas e o reconhecimento coletivo de sua situação como grupo que foi ou está sendo prejudicado socialmente. De acordo com a obra, os conflitos existentes na Amazônia caracterizam-se por se tornarem um instrumento de resistência e reivindicação de condições mínimas de sobrevivência. Neste sentido o conflito é, portanto, também, o resultado do aumento da consciência de classe dentro da sociedade. Não deixa de ser também, segundo a autora, uma tentativa de diminuição a hegemonia do projeto desenvolvimentista implantado na Amazônia. Um grito diante da injustiça e da violência sofrida pelo Estado e pelas classes abastadas.

No capítulo cinco, intitulado *O modelo econômico e sua crise*, a autora trata da crise dos modelos econômicos impostos para Amazônia. A primeira fase foi representada pela agropecuária e pela madeira. A agropecuária na região foi utilizada a partir da possibilidade de enriquecimento de grandes empresários por intermédio do uso de novas terras como meio produtivo. Essa nova e estranha “vocação” da Amazônia é incentivada pelos dois Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAS) onde mencionam que a pecuária seja implantada na Amazônia em região de floresta densa. Assim, os estados mais foram desmatados foram o Pará e Rondônia. O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) informou que até 1988 foram desmatados 250 mil km².

Até o ano de 2004 os índices de desmatamentos chegaram a índices alarmantes. O resultado disso é a área conhecida como “arco do desmatamento”, localizado desde o nordeste do estado do Pará, descendo para região sul e sudeste, passando pelo norte do Mato Grosso, Rondônia e chegando ao Acre. A partir de 2005, iniciou-se uma leve diminuição da prática e iniciou-se uma nova estratégia de exploração que é a derrubada de árvores consideradas nobres ao invés de derrubar um campo inteiro. Retiram apenas as consideradas com maior valor comercial, realizando um empobrecimento da floresta, prática muito mais difícil de ser detectada. Esse modelo de desenvolvimento para a Amazônia acaba afastando a floresta de práticas sustentáveis e da possibilidade de manutenção de um bioma tão importante para a humanidade.

As áreas desmatadas levaram não somente a flora e a fauna da região, mas também o sustento daqueles que ali moravam: seringueiros, castanheiros, extratores de essências vegetais, pescadores etc. Muitos desses trabalhadores foram eliminados pelo processo de constituição das fazendas e tiveram que migrar para as cidades. Esse modelo de desenvolvimento para a Amazônia trouxe grandes impactos sociais com o aumento de pessoas sem a mínima condição de sobrevivência, que, diante das dificuldades, aceitam todo e qualquer tipo de emprego, os chamados subempregos.

A segunda atividade mais importante da primeira fase foi a exploração da madeira. Após a criação das rodovias federais, intensificou-se a exploração da madeira, modificando os setores produtivos da região. A prática ascendeu no final da década de 1980 e teve maior participação dos estados do Pará e Rondônia. No Pará, a autora destaca o exemplo do município de Paragominas, devido a sua posição estratégica na rodovia Belém-Brasília – o que colocou a Amazônia em posição de integração com os mercados internacionais e nacionais, colaborando com três décadas de exploração da região.

Essa prática também contribuiu para o distanciamento do trabalhador da Região Amazônica, pois as serrarias fazem pressão sobre os pequenos produtores. A relação entre o extrator de madeira e o pequeno produtor torna-se rentável para o extrator, obrigando o pequeno produtor, que não possui incentivo do Estado para se manter em uma situação única de obrigação em lançar mão de tudo que ainda lhe resta, que é o seu lote.

A crise da segunda fase ocorre com a chegada da exploração mineral. Os países centrais, nas décadas de 1970 e 1980 passam a criar maior consciência ambiental, o que passa a inserir nos países periféricos, como o Brasil, o legado de exportador de material- prima, assumindo os danos ecológicos desse tipo de empreendimento. Grandes empresas adentram na Região Amazônica e trazem uma “modernidade às avessas”, onde ao contrário do que se esperava a siderurgia trouxe: degradação ambiental, indiferença ao bem-estar coletivo, trabalho escravo, evasão de riqueza.

Ao final desse capítulo a autora faz a indagação “Como a região se insere no mercado global?”. Ela então responde pontuando que os grandes projetos são uma maneira de os países periféricos participarem do mercado mundial pagando um preço muito caro com alto endividamento, perda da identidade cultural da população, pois os moradores da região são obrigados a saírem dos espaços ocupados por esses projetos, forçando a população a migrar para outro local, dando origem às cidades mais pobres da região, com baixa qualidade de vida, desemprego e subemprego.

No sexto e último capítulo, *Últimas considerações*, a autora trata da questão urbana na Amazônia e ressalta que o objetivo é apenas complementar as reflexões realizadas anteriormente. Ela inicia com uma explanação sobre os centros urbanos na Amazônia que foram *a priori* construídos para atender a expansão de trabalhadores que se deslocavam para trabalhar nas grandes obras. Outras cidades são formadas a partir das frentes garimpeiras, como Curionópolis. Os grandes projetos incentivaram o surgimento de diversas vila e cidades, chegando a comprometer as áreas indígenas. Surgem os conflitos e protestos.

Para Loureiro, o próprio Estado é o produtor de miséria na Amazônia, pois ele é responsável por aceitar que a população amazônida saia de sua própria “casa” e dirija-se para outro lugar, sem infraestrutura, sem identidade e sem perspectiva de vida. Como se refere nesse capítulo o Estado enxerga o caboclo da Amazônia, o trabalhador da floresta como um não cidadão ou como cidadão menos igual, primitivo, com formas de vida inferiores. Assim, possuem a justificativa para “salvar” essa população por meio de um discurso de *herói civilizador* ou *herói modernizador* da Amazônia.

Para finalizar o livro a autora faz mais uma indagação diante de tudo que foi exposto: “Será que vale a pena ter empreendimentos desse tipo na Amazônia?”, e ela complementa que cabe não apenas responder, mas refletir. Somete um novo modelo econômico de desenvolvimento para Região Amazônica para mudar essa realidade. A autora finaliza seu pensamento dizendo que é necessário compreender a região como uma unidade de povo e natureza únicos no mundo. Assim, os projetos para a Amazônia devem respeitar as suas diferenciações e também fundar experiências originais encaminhadas por um Estado mais humanizado, igualitário e integrado com a sociedade.

Com vasto conhecimento acerca do histórico da região, por ser nascida e criada na região, a autora empenha-se de maneira clara e detalhada para mostrar as circunstâncias e as características das grandes transformações sofridas na Amazônia, levando-nos até um passado recente e que faz parte de nós, amazônidas. É uma obra para todos, que mescla a sensibilidade da autora com os dados institucionais apresentados em relatórios, mapas e tabelas. É de grande auxílio, principalmente, àqueles que desenvolvem pesquisas acerca do tema, tratando-se de uma leitura indispensável. Com riqueza em detalhes, a autora nos fornece subsídios teóricos que nos impulsionam para uma reflexão crítica acerca das relações de poder e subordinação na Amazônia, que se compreende a partir de um processo histórico. Mostra que o desenvolvimento econômico e social da Amazônia foi marcado pelo constante esforço do Estado em integrar a região ao contexto nacional e internacional, beneficiando mais um determinado grupo

do que a própria região. Demonstra o papel do Estado para contribuir com as desigualdades e conflitos regionais. Além de informar, a autora nos coloca a missão de refletir sobre o que passou e o que ainda virá. Dá-nos a missão de pensar na possibilidade de mudança desse histórico de exploração para um novo modelo de desenvolvimento que compreenda as diferenças sociais e ambientais da região, colocando-nos como atores sociais e também responsáveis pelas mudanças na Região Amazônica.